

São Luís e a Crise de Identidade

Gustavo Martins Marques

Arquiteto, mestre em Planejamento urbano e Presidente do IPLAM.

(Publicado em **O IMPARCIAL** em 15 de junho de 1997)

O desenvolvimento da produção e industrialização do algodão e do óleo babaçu e a comercialização do arroz foram atividades econômicas marcantes de São Luís por quase todo este século. Enfrentaram o isolamento geográfico de uma cidade situada entre a baixada e os Lençóis Maranhenses e distante de vários centros nacionais importantes, sobreviveram a intensa instabilidade política e administrativa como no período entre os anos __ 30 e 35, em que o estado teve 9 diferentes governadores (Lima C., em “História do Maranhão”). Conviveram com a pouca disponibilidade de instituições de financiamento local, suportaram a inexistência de adequada estrutura rodoviária, ferroviária e hidrovária no Estado, além de outros problemas. Porém não resistiram as inconstâncias econômicas dos anos 60 no Maranhão.

Indicadores sociais da época apresentavam, entre outros aspectos, que a renda real “per capita” do Estado do Maranhão caiu de 61,4 % nos anos 50 para 24,9% na década seguinte. Enquanto isso, no Piauí cresceu de 14,1% para 55,2%, no Ceará evoluiu de 28,3% para 32,4%, em Alagoas saltou de 14,7% para 55,2% e em Sergipe foi de 16,9% para 26,6%, (Polary, 1987, pág. 21 em “Renda Interna do Maranhão”).

Concomitantemente aos sinais de crescimento de nossos vizinhos, o nosso estado e particularmente São Luís assistia a queda de suas tradicionais atividades industriais e outras, especialmente na área têxtil, pois absolutamente todas as fábricas existentes na cidade fecharam suas portas.

Naquele período, os setores produtivos tradicionais e industriais, tiveram poucos estímulos, enquanto que as atividades agrícolas em grande escala foram amplamente incentivadas, em respeito a política agrária nacional de permitir a implantação de grandes projetos em diversas regiões brasileiras, como o “bico do papagaio”, que envolve parte oeste do Maranhão. Desta forma, em nosso estado, foi aprovada a lei Nº 2969 e regulamentada pelo Decreto Nº 4028/69, estabelecendo venda de terras em grandes dimensões, de acordo com Vic Asselin, em sua publicação de 1982. Facilitando, assim, a implantação de grandes grupos privados todos de diferentes partes, e conseqüentemente, a capacidade produtiva do Maranhão mudou, deixou de ser industrial, urbana e de origem local, para torna-se rural, latifundiária e oriunda de fora do estado, o que caracterizou um retardamento na evolução do perfil sócio-econômico do Estado, uma vez que a progressão natural das sociedades costuma caminhar do estágio rural em direção ao industrial, e posteriormente assumir outras posições relacionadas ao comércio, serviço e pesquisa.

Em contrapartida a esta realidade, a opção de desenvolvimento oferecida a São Luís foi aceitar a condição de porto exportador de minério de ferro da Serra dos Carajás no Pará, através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). E acreditar na idéia de implantação de um pólo siderúrgico e industrial de metais ferrosos e não ferrosos. Contudo, passadas algumas décadas, o pólo siderúrgico e parque industrial não se consolidaram, deixando a cidade em uma crise de identidade econômica, entre as atividades produtivas que se foram no passado e as que não chegaram com o futuro.

A este respeito, é conveniente observar ainda que um pólo siderúrgico, que ofereça não apenas produtos primários e ferro gusa, mas também ferro beneficiado e aços especiais em diversos padrões, para atrair e possibilitar a implantação de uma infinidade de outras indústrias e gerar, conseqüentemente, o efeito multiplicador na economia, requer um conjunto de fatores. Ou seja, para isto é importante energia disponível, proximidades a mercados, integração geográfica e de transportes com as outras regiões do país, ampla disponibilidade territorial e cuidados com riscos ambientais. E estas condições são bem mais favoráveis de produzir energia econômica nas proximidades de Açailândia e Imperatriz que na Ilha de São Luís.

Ainda assim, nas décadas de 70 e 80, a idéia de pólo siderúrgico e industrial de metais em São Luís eram ações e obras públicas e privadas na cidade que viabilizaram as principais atividades econômicas locais existentes hoje, que concentram-se em torno das exportações de matéria primas, e tal como no período colonial, apresentam baixa capacidade de agregação de valor ao produto final, além de pouca absorção de mão-de-obra.

Um exemplo é a CVRD, privatizada recentemente, que possui aproximadamente 3.900 servidores para operar a sua ferrovia ligando a Serra do Carajás, no Pará, à São Luís e seu porto nesta capital, com a finalidade de exportar 30 milhões de toneladas ao ano de minério. Outro é o consórcio privado ALUMAR, que emprega cerca de 2.000 pessoas, com o objetivo de produzir e escoar 1 milhão e 300 mil toneladas/ano de alumina (óxido de alumínio), e 350 mil toneladas/ano de alumínio primário (lingote de alumínio). Em adição a este contexto de exportações de matérias primas, as importações apresentam grande variedade de produtos industrializados e também primários, como 8.029 toneladas de arroz em 1995 (CODOMAR, 1996, "Relatório de Movimentação de Cargas"), produto este que já foi produzido e exportado em larga escala no Maranhão.

É importante salientar que a efetivação destas ações e projetos provocaram muitas expectativas e migrações, especialmente do desassistido homem da região da baixada maranhense, em direção a São Luís, cujo crescimento populacional foi de 265.500 habitantes em 1970 para 695.500 em 1991 (IBGE, "Relatórios Estatísticos e Censos" publicados em 1981 e 1992), considerado elevado, provocando assim não apenas um grande contingente de mão de obra de difícil assimilação pela economia formal, mas também uma inadequada distribuição de renda com alta incidência de excluídos, pois menos de 0,5% da população ganha acima de U\$ 1.600,00 dólares ao mês e mais de 34% da mesma ganha menos de U\$ 150,00 dólares (Jaakko Poyry Engenharia Ltda, 1989 em "Industrialização e Urbanização da Região de São Luís e suas Conseqüências Ambientais").

Outrossim, esta opção de desenvolvimento e o crescimento populacional foram acompanhados por uma utilização e ocupação de terras públicas e privadas afastadas entre si, do centro e de vários bairros da cidade, como a construção dos conjuntos residenciais da COHAB, Cidade Operária, Maiobão e outros, formando assim enormes vazios urbanos, que além de permitir um cenário propício às ocupações espontâneas, exige altos custos de implantação e manutenção de infra-estrutura e serviços públicos. Criando dessa maneira uma cidade mal adensada e com gigantescas dificuldades para o Poder Público cumprir suas obrigações junto à população, na realização de melhoramentos referente a sistema viário, drenagem, abastecimento de água, esgoto, embelezamento urbano, transporte coletivo, educação, saúde, meio ambiente e outros compromissos.

A atualidade obriga o Poder Público a enfrentar não apenas problemas específicos e momentâneos, mas sobretudo o desenvolvimento econômico da cidade em seu contexto local, estadual, regional, nacional e internacional. Assim é extremamente salutar a discussão de todas as opções possíveis sobre o assunto. Dessa forma, a intensificação e industrialização da pesca, a diversificação da agricultura, agroindústria, a industrialização da soja, o beneficiamento do alumínio e sua multiplicação e diversificação industrial, turismo associado ao patrimônio ambiental e histórico de São Luís e do Maranhão e outras potencialidades precisam ser competentemente analisadas e viabilizadas, com a participação de vários setores da sociedade.

Temos ainda grandes possibilidades de obter crescimento no setor aeroespacial. Esta é uma das mais novas atividades com intensa capacidade de propulsar desenvolvimento econômico e gerar efeitos multiplicadores, vem crescendo rapidamente, é caracterizada por indústrias leves, pouco poluentes, intensamente diversificada e é a que mais investe em pesquisa no mundo (Hartshorn, 1992 em "Interpreting City"). E a existência da base aeroespacial de Alcântara, de Universidades e a produção de alumínio em São Luís, que devidamente processado produz material altamente empregado neste setor, devem ser associadas no sentido de iniciar um processo de criação de atividades produtivas de alta tecnologia, sem submissão e de forma a buscar o domínio tecnológico.

Cabe portanto ao poder público assumir uma posição ousada, empreendedora e gerencial frente a esses novos desafios. E deflagrar um momento contemporâneo de desenvolvimento econômico e social para São Luís e no Maranhão.